

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15115 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19 E OS REFLEXOS NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Ednara Brasil do Carmo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Marilsa Miranda de Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Ricardo Castro da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA DA COVID-19 E OS REFLEXOS NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Resumo: Este trabalho, é resultante de uma pesquisa documental e tem por objetivo promover um debate acerca da aplicabilidade do Ensino Remoto durante a Pandemia da COVID-19 e seu reflexo nos anos iniciais da educação básica no Brasil. O objetivo é analisar os resultados de indicadores de desempenho as consequências do Ensino remoto nos anos iniciais da educação básica no Brasil e quais políticas públicas educacionais estão sendo propostas para a superação do fracasso escolar. O método utilizado foi o materialismo histórico-dialético, por meio do qual desenvolveu-se a pesquisa documental. Todos os dados apresentados foram coletados no site oficial do governo federal e são referentes ao ano de 2021. Verificou-se através de dados fornecidos pelo Ministério da Educação, os índices de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental no período pós pandemia. O trabalho da pandemia da COVID-19, da necessidade de atender as recomendações da Organização Mundial de Saúde em relação ao distanciamento social e as estratégias adotadas para continuidade do ano letivo por meio do ensino remoto e os resultados das políticas públicas educacionais implementadas no período pós pandemia para superação do fracasso escolar.

Palavras-chave: Pandemia, Ensino Remoto, Fracasso Escolar, Políticas Educacionais.

O objetivo deste estudo consiste em analisar os resultados de indicadores de desempenho as consequências do Ensino remoto nos anos iniciais da educação básica no Brasil e quais Políticas Públicas Educacionais estão sendo propostas para a superação do fracasso escolar.

A pandemia da covid-19, assolou o mundo de forma traumatizante e devastadora, deixando marcas e consequências irreparáveis na vida de muitas famílias. Em relação a Educação no Brasil, devido a necessidade de isolamento social, houve uma necessidade de reorganizar as aulas de forma não presencial para que o ensino continuasse a ser ofertado. Pois, a “educação não podia parar”. Neste cenário, a alternativa disposta para o momento foi a implementação do ensino remoto, ou seja, Educação a distância (Ead), em que, na teoria, os alunos iriam acompanhar as aulas pelas plataformas digitais e continuar o processo de ensino aprendizagem. Porém, essa modalidade foi imposta e efetivada, sem levar em consideração um planejamento e investimentos através de políticas educacionais que permitissem o acesso

as plataformas digitais. O que vivenciamos foi: alunos sem equipamentos digitais, internet indisponível, o corpo docente sem habilidades de lidar com recursos tecnológicos, além de ter que financiar suas aulas (utilizou seus próprios equipamentos, energia elétrica e internet). As famílias não possuíam estrutura social, financeira, pedagógica e psicológicas para acompanhar as atividades e ajudar seus filhos. Além disso havia localidades de difícil acesso em que não se contava com sinal de internet e, portanto, os estudantes ficaram excluídos das aulas remotas. Esse cenário catastrófico evidenciou ainda mais o descaso com a Educação Pública no Brasil. As desigualdades sociais e educacionais foram acentuadas e intensificadas e, conseqüentemente, os impactos foram negativos, não só em relação a aprendizagem em si, mas também o desenvolvimento das habilidades sociais, emocionais e cognitivas das crianças dos primeiros anos do ensino fundamental.

Este estudo aponta algumas políticas públicas educacionais que estão sendo efetivadas, em parcerias com empresas públicas e privadas, além de Organizações não governamentais como a Fundação Lemann, Instituto Gesto, Instituto Ayrton Senna, dentre outros.

O método utilizado foi o materialismo histórico-dialético, por meio do qual desenvolveu-se a metodologia aplicada de pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e quantitativa. Trata-se de uma pesquisa de procedimento técnico bibliográfico e documental. Todos os dados apresentados foram coletados no site oficial do governo federal, e são referentes ao ano de 2021.

No mês de dezembro de 2019 a Organização Mundial de saúde emitiu um alerta sobre um surto de coronavírus em escala global, e no dia 11 de março foi declarada a Pandemia da COVID-19, conforme dados da Organização Panamericana de Saúde (2020). No Brasil tivemos o primeiro caso em fevereiro de 2020, e desde então o número de infectados e a circulação do vírus entrou em uma escala de ascensão muito rápida. Por ser uma doença nova, então desconhecida, as informações não eram precisas em relação ao vírus e a forma de prevenção e contágio. Segundo o Ministério da Saúde (2020), “A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave”.

Devido a necessidade de distanciamento social, o Governo Federal através do Ministério da Educação aprovou a Lei Federal nº14.040/2020 que estabeleceu normas educacionais emergenciais a serem tomadas durante o estado de calamidade pública e o Conselho Nacional de Educação através do Parecer CNE/CP nº 05/2020, orientou a reorganização do calendário escolar com atividades não presenciais, iniciando a modalidade de Educação à distância denominada “Ensino Remoto” para todas etapas de ensino no Brasil. “A expressão ensino remoto passou a ser usada como alternativa à educação a distância (EAD)” (Saviani; Galvão, 2020, p.28). Para as crianças que estavam nos anos iniciais do ensino fundamental, compreender o processo de aulas a partir de plataformas digitais ou mesmo apenas com atividades impressas, sem a convivência com os demais colegas, dificultou o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais. “A escola é uma

instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social” (Silva; Ferreira, 2014, p.7).

Em relação ao acesso as plataformas digitais, uma pesquisa realizada sobre a educação na pandemia, “entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e ensino superior, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet” pelo Instituto Data Senado (2020). A pesquisa demonstra o quanto as desigualdades sociais influenciam negativamente na educação e como a Educação Capitalista, ficou mais evidenciada no período que compreendeu a pandemia da COVID-19. “A educação e a formação humana se desenvolvem em função das necessidades, demandadas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas de sociabilidade que assumirem”, conforme Santos (2020, p. 69). Esse período em que ocorreram as aulas remotas, efetivou-se o debate em relação a falta de acesso igualitário na Educação. As políticas centralizadoras e desiguais estão enraizadas no processo educacional e a pandemia apenas potencializou a precarização do ensino público no Brasil.

Conforme os dados inseridos na segunda etapa do censo escolar de 2020, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP, podemos verificar o quantitativo de estudantes que tiveram acesso as plataformas digitais e acompanhar as aulas remotas através da divulgação das referidas informações. No total 134.606 escolas públicas da educação básica responderam as questões. Em relação a estratégia de aulas síncronas adotadas pelas escolas conforme a pesquisa temos, 72,8% das escolas estaduais, e 31/9% das escolas municipais utilizaram dessa metodologia para ofertar as aulas aos estudantes. Em relação ao treinamento ofertado aos docentes, a pesquisa aponta que 79,9% dos professores das redes estaduais e 53,7% dos professores das redes municipais receberam treinamento para uso das tecnologias digitais, e que quanto aos equipamentos disponibilizados aos professores para utilização nas aulas remotas apenas 43,4% da rede estadual e 19,7% da rede municipal foram contemplados com equipamentos para a realização das aulas. Quanto ao acesso à internet gratuito ou subsidiado pelo governo disponível aos docentes temos: 15,9% da rede estadual e 2,2 da rede municipal. A pesquisa evidencia o quanto os docentes tiveram que custear suas aulas no período da pandemia e a falta de políticas de investimentos. Nesse sentido, intensificou a precarização da aprendizagem nesse período. Em relação ao apoio disponibilizados aos estudantes, temos os seguintes dados: acesso gratuito à internet em domicílio, 21,2% aos estudantes da rede estadual e 2% aos estudantes da rede municipal. Sobre a disponibilização de equipamentos temos: 22,6% de estudantes matriculados na rede estadual e 4,3% da rede municipal tiveram acesso a equipamentos para acompanhar as aulas. Em relação a disponibilização de materiais impressos para acompanhar as aulas temos: um total de 95,3% estudantes da rede estadual e 94,1% da rede municipal receberam algum tipo de material impresso para acompanhar as atividades letivas. No que se refere a frequência dos alunos nas aulas remotas temos conforme a pesquisa um percentual de 58,5% de estudantes da rede estadual de ensino e 20,8% da rede

municipal de ensino.

Em relação aos dados da pesquisa podemos perceber que durante o período em que ocorreram as aulas remotas, a falta de acesso igualitário na educação foi intensificada, causando uma lacuna ainda maior no que se refere a precarização da educação pública brasileira.

Nos dados de desempenho dos estudantes do 2º e 5º ano do ensino fundamental I, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, podemos verificar um declínio em relação as porcentagens de proficiência. Após a análise dos dados é possível planejar e efetivar Políticas Públicas Educacionais direcionadas aos anos iniciais da educação básica, para minimizar o fracasso escolar, que foi intensificado na pandemia, pois a precarização da educação pública se deu a diversos fatores ao longo dos anos, como por exemplo: investimentos insuficientes, falta de infraestrutura, defasagens no currículo e na formação dos professores. Algumas políticas foram implementadas pelo Governo Federal através do Ministério da Educação; em parceria com a Iniciativa privada, bem como Estados e Municípios a partir do ano de 2023; o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; é um programa em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que tem como objetivo garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Outra política de recomposição da aprendizagem é o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, no qual visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica. Escolas Conectadas é um programa do Governo Federal, em colaboração com os sistemas de ensino, que visa garantir a conectividade para fins pedagógicos em todas as escolas públicas de educação básica do país e o apoio à aquisição e melhoria dos dispositivos e equipamentos presentes nas escolas. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Os reflexos do Ensino Remoto devido a pandemia da COVID-19, acentuaram as desigualdades sociais e educacionais pelo qual a educação pública brasileira já estava inserida. Podemos verificar através dos índices de desempenho que os estudantes dos anos iniciais da educação básica apresentaram no ano de 2021 déficit em relação a aprendizagem e os impactos estão relacionados a alfabetização, aquisição de habilidades fundamentais, proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. O fracasso escolar está diretamente relacionado à segregação que ocorreu na oferta de ensino durante a pandemia. Vivemos no modo de produção capitalista, em que a produção não pode parar e esse fato ficou em evidência no período da pandemia. Fomos “encurralados” a nos adaptar e uma Educação Remota, realizada a partir dos recursos dos próprios professores, que usaram seus celulares, sua internet, seus aparelhos tecnológicos. E o Estado omissivo em relação a essa realidade,

intensificou o descaso e a desqualificação da educação pública brasileira. Nesse sentido, trata-se da necessidade de uma Política Pública Educacional construída com a participação da sociedade e investimento financeiro suficiente, para que seja efetivada e alcance as camadas da sociedade que mais sofreram e ainda sofrem com as desigualdades, sociais, digitais e econômicas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Elisa Chagas. DataSenado: **quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia**. 12/08/2020. Disponível em: DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia — Senado Notícias. Acesso em: 2 Set. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5/2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Disponível em: [Ministério da Educação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br) Acesso em: 28 Ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. **Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União. Publicado em: 19/08/2020, Edição 159, Seção 1, Página 4. Disponível em: [Legislação Federal - Senado Federal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2020/leis/l14040.htm) . Acesso em: 30 Ago. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO . **Dados divulgados sobre impacto da pandemia na educação**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_pesquisa_covid19_cc . Acesso 02 jan,2024.

NETTO, P. J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Histórico da Pandemia da Covid-19**. 2023. Disponível em: [Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](https://www.paho.org/pt/historico-da-pandemia-de-covid-19) Acesso em: 12 Set. 2023.

SANTANA SANTOS, Roseane. Educação, sociedade capitalista e estado. **Revista Educação em Debate**. Fortaleza, ano 42, nº 81 - jan./abr. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52205/1/2020_art_rssantos.pdf. Acesso em: 20 Set.

